



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

Isis Cibele Toderó

DESMOTIVAÇÃO PARA A PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

Brasília, 2013

DESMOTIVAÇÃO PARA A PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Isis Cibele Todero¹, Bruno Silva Milagres².

RESUMO

Vários fatores são responsáveis pelo adequado funcionamento do Sistema Educativo Brasileiro. Dentre eles, um fator que merece atenção e que será abordado no presente trabalho é o relativo à crise das motivações profissionais, em específico, para a profissão docente na Educação Básica. Por meio de uma revisão bibliográfica, em artigos de pesquisa, constata-se que há maior carência de professores nas disciplinas de Química, Física, Biologia e Matemática, no ensino básico. Os motivos principais são a falta de valorização profissional e os baixos salários pagos. A carência de professores agravou-se na década de 1960. Apesar da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visando melhorar a qualidade do ensino, há muito por fazer para que a situação atual seja modificada. São necessários investimentos na educação, principalmente para que haja a qualificação dos profissionais nas séries iniciais do ensino básico.

Palavras-chave: Docentes, Educação básica, Profissionais, Valorização docente.

¹ Graduanda em Licenciatura e Bacharelado do curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário de Brasília- UniCEUB. Ictodero@gmail.com.

² Doutor em Biologia Celular e Molecular, Mestre em Medicina Preventiva, Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas. Professor do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Bruno.milagres@uniceub.br.

DEMOTIVATION FOR THE TEACHING PROFESSION IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT

Several factors are responsible for the proper functioning of the Brazilian Educational System. Among them, a factor that deserves attention and will be addressed in this work is on the crisis of professional motivation, in particular, for the teaching profession in Basic Education. Through a literature review in research articles, it appears that there is insufficient teachers in Chemistry, Physics, Biology and Mathematics in primary education. The main reasons are lack of professional development and the low wages paid. The shortage of teachers has worsened in the 1960s. Despite the creation of the Law of Guidelines and Bases of Education to improve the quality of education, there is much to be done so that the current situation is modified. Investment is needed in education, principally to ensure that the skills of professionals in the initial series of basic education.

Key-Words: Teachers, Basic education, Professionals, Teacher's valuation.

INTRODUÇÃO

A Educação Básica, que é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9394/96, tem por objetivo assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Brasil,1996).

Desta forma, para cumprir com a finalidade da educação, o professor assume fundamental importância.

“O professor será aquele que vai passar segurança e motivar a nossa investigação, ou seja, ele terá a função de orientar a investigação, colocar questões para que ela progrida, auxiliar com o fornecimento de fontes e informações, assim como colocar desafio para que o aluno perceba as diferentes perspectivas possíveis do problema.” (AQUINO, 2007, p. 81).

Percebe-se, portanto, que o professor é a “peça chave” no processo de ensino-aprendizagem, pois é ele quem motiva e orienta a investigação que leva ao conhecimento.

Preparar o educando para o exercício da cidadania, ou seja, formar cidadãos conscientes, também cabe ao professor conforme elucidado na LDBEN e ratificado no artigo 2º dos Fins e Princípios da Educação Nacional na Constituição Federal (Brasil, 1988).

“Formar cidadão consciente significa saber o que o mundo é, e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e de cada pessoa no conjunto da sociedade humana, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro.”(SANTOS, 1994, p. 121).

Diversos estudos, como os de Jesus (1996), começam a reconhecer que a motivação do professor é essencial para o adequado funcionamento do Sistema Educativo, a qualidade do ensino e a própria motivação do aluno.

Nas pesquisas de Kaufman (1984), diversos autores demonstram que a diferença no desempenho entre os trabalhadores que exercem um mesmo tipo de tarefa profissional é devida às diferenças nas suas capacidades e na sua motivação. É imprescindível a motivação dos sujeitos no local de trabalho uma vez que será neste local que os sujeitos passarão grande parte do seu tempo.

Recentemente, a problemática relativa a falta de motivação para a profissão docente tem causado impacto, uma vez que, existe um número cada vez menor de docentes interessados em lecionar na educação básica. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é, por meio de um levantamento bibliográfico, relacionar os fatores que desmotivam os profissionais a seguirem na área educacional, optando, muitas vezes, por áreas totalmente distintas das de sua formação.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica em artigos de pesquisa, na base de dados existente na CAPES, “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” e no Scielo, entre os meses de Junho à Novembro de 2013, compreendendo o período de 1996 até 2013. Para a busca foram utilizadas palavras-chave combinadas: “desmotivação docente” “motivação para a profissão docente”, “formação docente”, “formação de professores”, “plano nacional de educação”, “fatores intrínsecos extrínsecos motivação”, “escassez profissionais educação dados Inep”. Também foram consultadas diversas bibliografias referidas em livros e artigos voltados à área da educação. Para a discussão de alguns fatores relevantes, como o salário, foram elaborados quadros/figuras com base nos dados existentes nas secretarias de educação regionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Teoria dos Dois Fatores de Frederick Herzberg (1966) mostra-se de suma importância para compreender a motivação ou desmotivação dos professores no trabalho. Essa teoria identificou cinco fatores responsáveis pela satisfação, que são os aspectos intrínsecos de motivação: a realização, o reconhecimento, o trabalho em si, a responsabilidade e a promoção. Por outro lado, os fatores extrínsecos ou de insatisfação são a política e a administração da empresa, a supervisão, o salário, as relações interpessoais e as condições de trabalho (JESUS, 1996).

Segundo a teoria supramencionada, um salário elevado apenas pode fazer com que o sujeito não se sinta insatisfeito com a sua profissão, enquanto que o reconhecimento social já pode contribuir para a sua satisfação profissional (JESUS, 1996).

No Brasil, estudos demonstram que a baixa remuneração, as más condições de infraestrutura das escolas e o desprestígio social da profissão docente, estão entre os motivos apontados para a falta de motivação e satisfação para lecionar na educação básica (LEME, 2012).

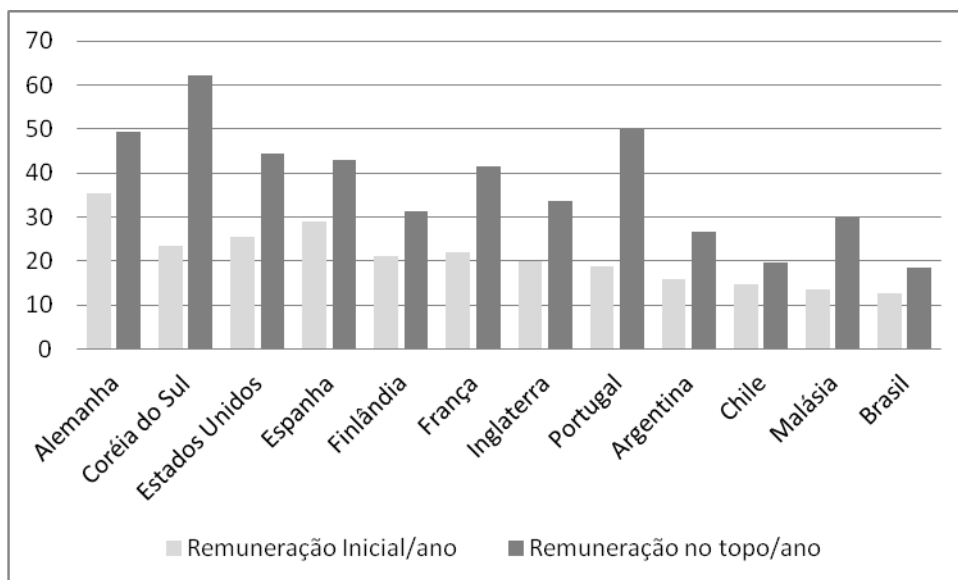
Conforme o Censo Escolar 2007, há escassez de professores no Ensino Médio, principalmente nas disciplinas de Química, Física, Biologia e Matemática. Para as disciplinas mencionadas, os dados apontam para uma necessidade que gira em torno de 235 mil professores. Como exemplo, na educação básica, necessita-se de 55 mil docentes em Física, porém entre 1990 e 2001, saíram dos bancos universitários apenas 7.216 licenciados, ou seja, o equivalente a 13,12% do que é necessário (Brasil, 2013).

Várias pesquisas têm divulgado não só a queda na demanda pelas licenciaturas e no número de formandos, mas também a mudança de perfil do público que busca a docência. Esse conjunto de pesquisas e artigos discute a necessidade de tornar a carreira de professor mais atrativa (GATTI et al., 2008).

Na revista Educação, edição 195, 2013, a Professora Romélia Mara Alves Souto, do departamento de Matemática e Estatística do programa de

Mestrado da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), em Minas Gerais, diz que “O motivo unânime para a evasão docente é a desvalorização da profissão e as más condições de trabalho”. Em estudo, constatou que dois terços dos alunos licenciados em Matemática, entre 2005 e 2010, trabalham como docentes na educação básica, mas destes, 45% não pretendem continuar. O interesse gira em torno de concursos para instituições financeiras, ou de tornar-se pequeno empresário. A opção pela docência superior, em contraponto ao ensino básico, deve-se aos melhores salários (CORSINI, 2013).

Um estudo feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), envolvendo 38 países, durante as comemorações do Dia Internacional do Professor, em Paris, aponta que a remuneração docente no Brasil é uma das mais baixas (Figura 1). Por meio desta pesquisa também foi evidenciado que cada vez menos jovens pretendem seguir a carreira do magistério (Brasil, 2009).

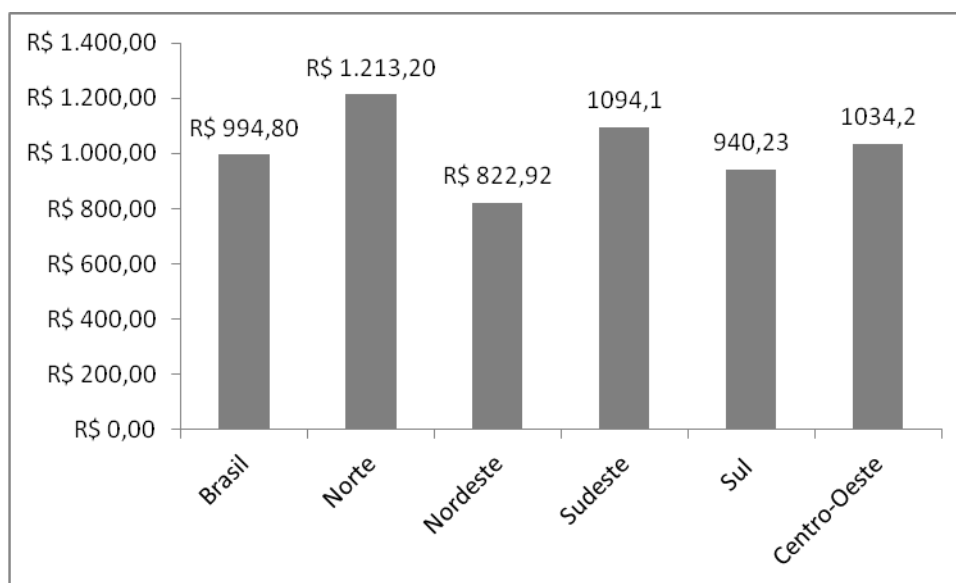


Fonte: Adaptado do MEC/INEP

FIGURA 1: Remunerações anuais de professores no início e topo da carreira do magistério no Ensino Médio (US\$ x1000,00) - 2008

E dentro do território brasileiro, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, consubstanciados

na Figura 2, mostram que, no Ensino Médio, a média salarial do professor da rede estadual era, em 2003, de R\$ 994,80. Nota-se que havia uma disparidade salarial entre o professor que lecionava no Nordeste, que recebia por volta de R\$ 822,92, e aquele das regiões mais desenvolvidas. No Nordeste, então, o profissional recebia menos do que um estudante de mestrado, cuja bolsa era de R\$ 955,00.



Fonte: Adaptado do MEC/INEP

FIGURA 2 - Média salarial do professor da rede estadual do ensino médio - 2003

Como forma de amenizar a situação atual do ensino, onde cada vez menos docentes têm interesse em permanecer na educação básica, a Lei 11.738/2008, que regulamenta o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, foi retificada. O pagamento mínimo para professores que cumprem carga de 40 horas semanais passou de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) para R\$ 1.567 (Mil quinhentos e sessenta e sete reais) (Brasil, 2013). O quadro 1, especifica o valor pago a um professor, nas capitais regionais, no ano corrente.

QUADRO 1 - Salário dos professores para jornada de 40 h em algumas capitais do Brasil - 2013
 Fonte:autoria própria

Região	Capitais	Salário	Média
Norte	Belém - PA	R\$ 1.796,70	R\$ 1.620,43
	Palmas - TO	R\$ 1.619,36	
	Porto Velho - RO	R\$ 1.445,23	
Nordeste	Aracaju - SE	R\$ 1.567,00	R\$ 1.641,42
	Maceió - AL	R\$ 1.075,28	
	Salvador - BA	R\$ 1.567,00	
	Fortaleza - CE	R\$ 1.470,11	
	Teresina - PI	R\$ 1.567,00	
	São Luís - MA	R\$ 1.939,55	
	João Pessoa - PB	R\$ 2.304,00	
Centro-Oeste	Cuiabá - MT	R\$ 2.120,49	R\$ 2.626,50
	Campo Grande - MS	R\$ 2.362,04	
	Goiânia - GO	R\$ 1.680,27	
	Brasília - DF	R\$ 4.343,18	
Sudeste	Vitória - ES	R\$ 2.782,74	R\$ 2.364,30
	Belo Horizonte - MG	R\$ 1.140,75	
	Rio de Janeiro - RJ	R\$ 2.933,72	
	São Paulo - SP	R\$ 2.600,00	
Sul	Florianópolis - SC	R\$ 1.567,00	R\$ 1.947,96
	Curitiba - PR	R\$ 2.089,88	
	Porto Alegre - RS	R\$ 2.187,00	

Nas capitais do Brasil, percebe-se que há disparidade nos salários de forma inter-regional, porém os valores pagos não são inferiores ao piso estabelecido. A média salarial para a região Norte, nas capitais, é a menor ou igual a R\$ 1.620,43 (Mil seissentos e vinte reais e quarenta e três centavos). A justificativa para a diferença salarial pode estar relacionada ao nível de instrução ou qualificação, sendo que, professores com mestrado ou doutorado recebem adicionais na remuneração.

Um estudo feito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com base nos dados do Censo Escolar de 2007, mostra que os Estados com maior número de professores sem formação adequada são os que têm pior desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Ideb é mais do que um dado estatístico. Trata-se de um condutor de política pública para a melhoria da qualidade do ensino que permite um diagnóstico da situação educacional. A meta é que as escolas atinjam índice superior ou igual a 6,0 na primeira fase do ensino fundamental (Brasil, 2013).

Na região Centro-Oeste, Brasília-DF é a capital que possui o melhor salário pago aos professores e na região Norte, Porto Velho - RO é a capital que oferece o menor salário (Quadro 3). O Ideb 2011 das escolas estaduais do Distrito Federal e de Porto Velho RO são, respectivamente, 5,4 e 4,3 (Figuras 4 e 5).

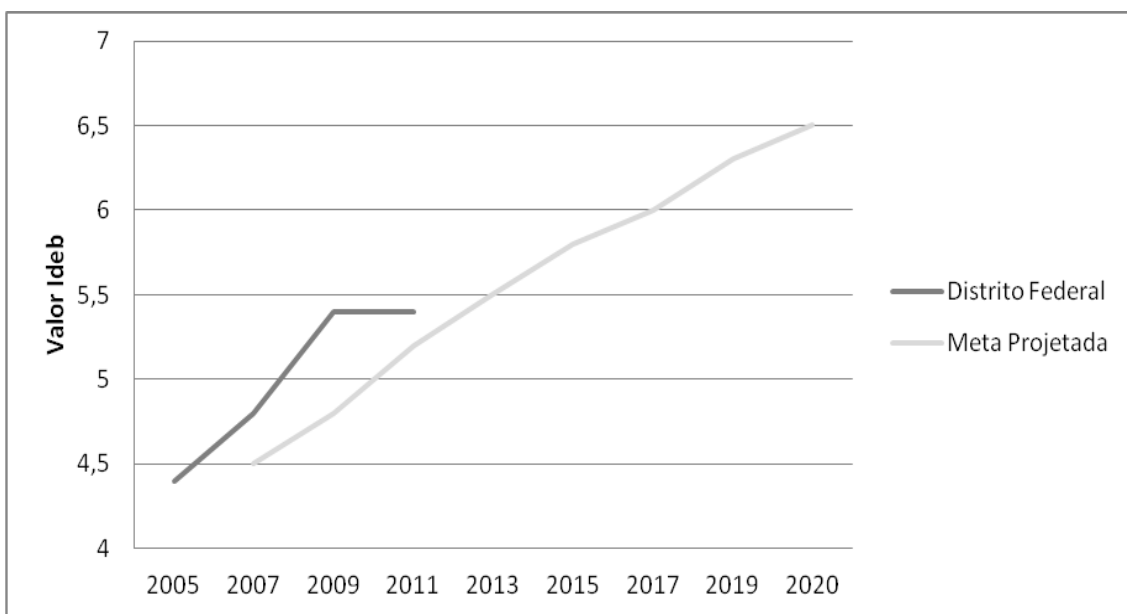


FIGURA 4 - Evolução do Ideb do Distrito Federal
Fonte: Adaptado do Ideb 2011 - INEP

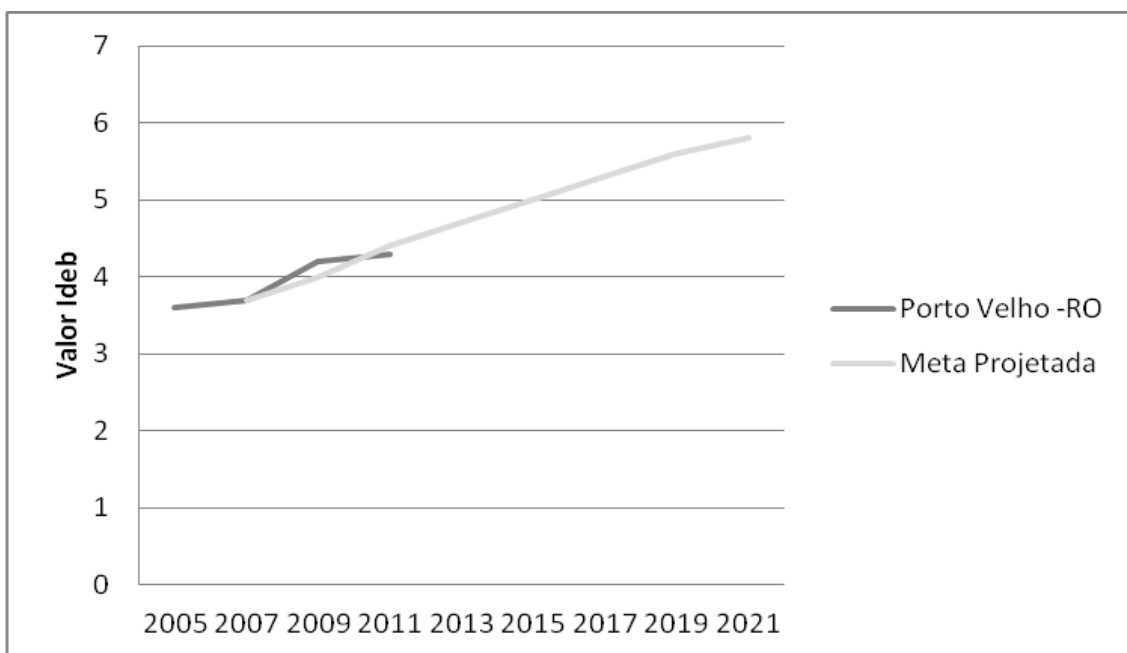


FIGURA 5: Evolução do Ideb de Porto Velho - RO

Fonte: Adaptado do Ideb 2011 - INEP

A questão salarial é um dos principais motivos que gera a insatisfação dos professores e reflete na qualidade do ensino. Para compreender a questão salarial e a sua defasagem faz-se necessário analisar a sua origem, que pode ser explicada pela 'massificação do ensino' e a "feminização do magistério" (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001; MONLEVADE, 2000; TANURI, 2000; SAMPAIO; MARIN, 2004; VIANNA;CAMPOS, 2002; LOURO, 2007).

A massificação do ensino é relativamente recente e surgiu da necessidade de mão de obra qualificada para atender a demanda do mercado de trabalho. Foi durante o governo de Jânio Quadros (1960-1961) que foram criadas mais escolas técnicas e profissionais que tinham como objetivo diminuir o grau de analfabetismo, que vinha assolando o país. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001). Nesse período, houve um extraordinário aumento das matrículas no ensino público e as condições de trabalho e salário dos professores foram bastante afetados devido não haver a contrapartida orçamentária. (MONLEVADE, 2000; TANURI, 2000).

A expansão do ensino público no Brasil possibilitou o aumento da carga horária de trabalho, da rotatividade e maior proporção de alunos por professor em salas de aula, situação existente até os dias atuais. E, o crescente número

de alunos exigiu a contratação, em caráter de urgência, de professores que, muitas vezes, não possuíam a habilitação necessária para o exercício da docência, sendo composto em grande parte por mulheres (SAMPAIO; MARIN, 2004).

Sabe-se que o maior número de mulheres interessadas na carreira do magistério, deve-se a fatores sociais, econômicos e culturais. Esse processo é chamado de “feminização do magistério” e é, portanto, um conceito que vai além da ampliação do número de mulheres que exercem o magistério.

Quanto aos fatores culturais e econômicos, pode-se dizer que, por volta de 1960, a sociedade identificava na profissão docente as características ideais para que ela fosse desempenhada por mulheres, tais como:

“[...] paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a ideia de que a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que como uma profissão. Tudo foi muito conveniente para que se constituísse a imagem das professoras como “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras” o que serviria para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho etc.” (LOURO, 2007, p. 450).

A questão social revela que a inserção da mulher no mercado de trabalho é caracterizada por situações de remuneração, estabilidade e precariedade, bem diferenciadas das vivenciadas pelos homens. (CAMPOS, 2002).

Para compreender o conceito de “feminização do magistério”, é necessário observar a presença de significados femininos nas atividades docentes, até mesmo quando exercidas por homens:

“Esses significados se baseiam nas diferenças entre os sexos mas indicam também uma construção social – a partir dessas diferenças – que ajuda a explicar as relações de poder que definem a divisão sexual do trabalho e a inserção das mulheres em profissões ligadas às funções consideradas femininas e socialmente mais desvalorizadas.” (VIANNA, 2002; p. 54).

O processo de “feminização do magistério” indica, portanto, uma segregação das mulheres em espaços mais precarizados e com menores possibilidades de ascensão, em comparação aos vivenciados pelos homens com as mesmas bases de formação e qualificação profissional.

Na atualidade, através do censo do INEP, no ano de 2007, representado na figura 6, observa-se um perfil predominantemente feminino dos profissionais na educação básica. Contudo, salienta-se que há uma modificação do perfil profissional entre a educação infantil, o ensino médio e a educação profissional. Ou seja, nos níveis mais avançados de estudo diminui a quantidade de mulheres docentes.

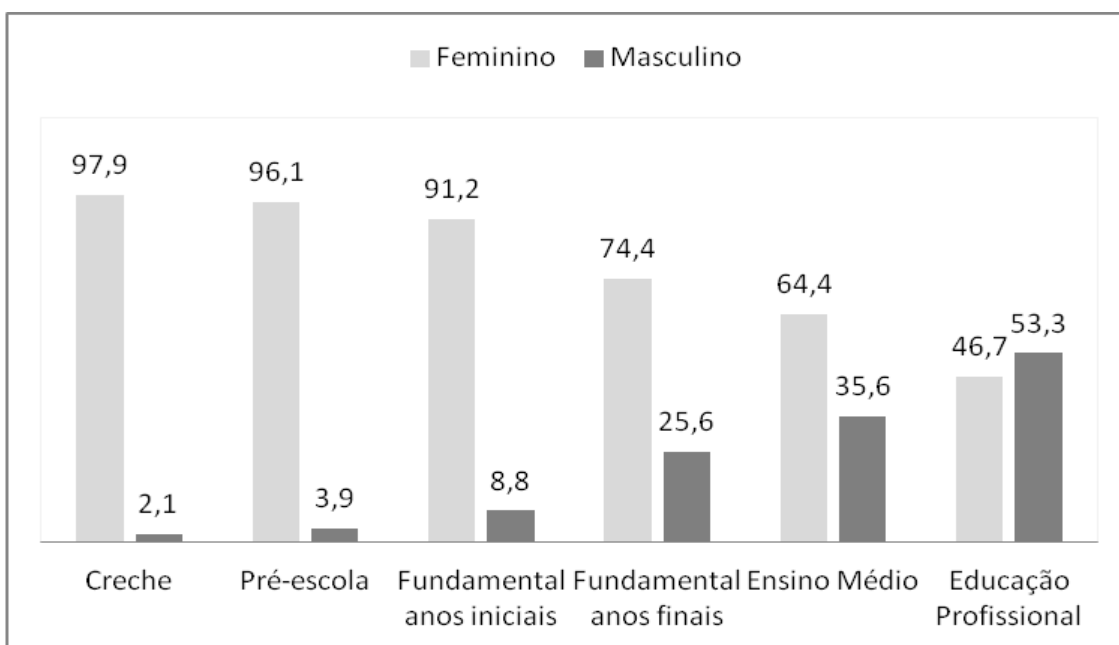


FIGURA 6: Percentual de professores das Etapas da Educação Básica segundo o sexo - Brasil - 2007
 Fonte: Adaptado do MEC/Inep/Deed

O arrocho salarial, o desrespeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo a ausência de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado, têm tornado cada vez mais agudo o quadro de

instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004).

Em virtude da precária situação enfrentada pelos profissionais da educação e da falta de valorização dos mesmos, surge, em 1996, a LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394. Lei essa que, em seu artigo 67, determina que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público, os seguintes direitos:

- I. Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II. Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim;
- III. Piso salarial profissional.;
- IV. Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V. Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI. Condições adequadas de trabalho. (Brasil, 1996)

A LDBEN/1996, estabeleceu a formação mínima necessária para atuar na profissão docente e os professores que não se enquadram na determinação da Lei são considerados “professores leigos”.

“Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.” (Brasil, 1996).

Temos no Brasil um valor significativo de profissionais que atuam na área da educação sem ter a formação mínima necessária e estes estão distribuídos por diferentes regiões. O quadro 2 indica o percentual de professores com nível fundamental de ensino, que lecionam nas escolas públicas do país.

QUADRO 2: Professores da educação básica com escolaridade de nível fundamental no Brasil - 2007
 Fonte: Adaptado do MEC/INEP

REGIÃO	Urbana/Rural %	Professores
Norte	14,8	2362
Nordeste	52,8	8434
Sul	12,9	2058
Sudeste	13,3	2126
Centro-Oeste	6,3	1002
BRASIL	100,0	15982

Observa-se que do total de professores leigos existentes no Brasil, 52,8% estão concentrados na região nordeste (Quadro 2). O salário nesta região é um dos menores conforme a Figura 2. Desta forma, fica evidenciado que a qualificação tem relação direta com a questão salarial e a consequente valorização profissional.

Outro fator mencionado nas pesquisas, que gera insatisfação e afeta a qualidade do ensino, trata das condições de trabalho dos docentes. Quanto a isto, a questão do aumento do número de alunos por sala de aula faz com que os professores não consigam atender as necessidades individuais dos alunos, devido ao grande contingente (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009). Dessa forma, sem ter a devida atenção do professor, os alunos começam a desmotivar-se para aprender.

“[...] o aluno é um ator e não o produto de determinantes biológicos ou sociais. Seu comportamento também é o resultado da percepção que ele tem do seu ambiente e da maneira como o organiza. Eis por que o espaço

socioeducacional deve ter um tratamento atento e rigoroso.” (MONTEIL, 1990, P.111).

“O calor afetivo e a disponibilidade dos professores, assim como o envolvimento e a aplicação dos alunos, aumentam o atrativo da escola e a vontade de aprender dos alunos.” (BOURGEOIS; GALAND, 2011, p. 123).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda hoje, são contratados professores que possuem apenas nível de escolaridade fundamental ou média, muito embora, a LDBEN vigente não os considere como profissionais da educação.

É preciso remodelar o quadro de profissionais que atuam na área da educação, principalmente nos anos iniciais, quanto a sua formação. Deve-se considerar que a formação de um professor é um processo que não finaliza com a obtenção do título de licenciado, ou seja, vai além da graduação de nível superior.

Fica evidente que existe uma grande lacuna a ser preenchida para que exista a valorização dos profissionais da educação. São necessários incentivos financeiros do governo no sentido de facilitar as condições para que ocorra o aperfeiçoamento dos docentes nas pós graduações.

Com um número maior de profissionais qualificados será possível melhorar a qualidade do ensino e recuperar os ganhos salariais de modo a valorizar os docentes.

REFERÊNCIAS

AQUINO, José. *O aluno, o professor e a escola*. Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado, São Paulo: Contexto, 2007, p. 81.

ASSUNÇÃO, A; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde os professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, mai./ago. 2009.

BOURGEOIS, Étienne; GALAND, Benoit. *Motivar-se para aprender*. Campinas, São Paulo: Autores Associados Ltda, 2011.

BRASIL, Acessoria de comunicação social do MEC. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Disponível em <[http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/4021-piso-salarial-vai-ter-reajuste-de-7,9-e-chegar-a-r\\$-1-567](http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/4021-piso-salarial-vai-ter-reajuste-de-7,9-e-chegar-a-r$-1-567)> Acesso em : 29 Ago.2013.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 29 Ago. 2013.

BRASIL, *Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais*. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>> Acesso em: 01 Nov. 2013.

BRASIL, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - *Ideb*. Disponível em <www.portalideb.com.br> Acesso em: 15 Nov. 2013.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 28 Ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*. Acesso em: 28 Ago. 2013.

CAMPOS, Maria. C. S. de S.; SILVA, Vera L. G. da (orgs.) *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p. 123 - 140.

CORSINI, Rodnei. Adeus docência. *Revista Educação*. Edição 195/2013. Segmento. Disponível em <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/195/artigo292321-1.asp>> Acesso em: 28 Ago. 2013.

GATTI, Bernadete A. et al. *Formação de professores para o Ensino Fundamental: instituições formadoras e seus currículos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Victor Civita, 2008. 2 v. [Relatório de Pesquisa].

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

JESUS, Saul. N. *Motivação e Formação de Professores*. Quarteto, 1996.

KAUFMAN, Johanna W. *Relationship between teacher motivation and commitment to the profession*. Comunicação apresentada no 'Annual Meeting of the American Educational Research Association', New Orleans, LA, 1984.

LEME. Luciana F. *Atratividade do magistério para a educação básica: estudo com ingressantes de cursos superiores da Universidade de São Paulo*. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo - USP - São Paulo, 2012.

LOURO. Guacira L. Mulheres na sala de aula. In.: PRIORE, M. D.; BASSANEZI, C. (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MONLEVADE, João. A. C. *Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública*. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MONTEIL, Jean-Marc. *Éduquer et former*. Perspectives psychosociales. Grenoble, Pug, 1990. p. 111.

OLIVEIRA, Dalila A. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização, *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1140, set./dez. 2004.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p.1145-1157, set./dez. 2004.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 121.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago. 2000.

VIANNA, Claudia. Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil. In.: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (Org.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 54.